



CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – ABRIL/2018

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 6	Os �rg�os públicos devem efetuar o pagamento dos salários do mês anterior aos servidores celetistas. OBS.: Para os estatutários deve ser verificada a data fixada no respectivo Estatuto.	� 1�, do artigo 459, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e Instru�o Normativa SRT n� 1/1989.
Até dia 6	Os �rg�os públicos devem fazer as publica�es resumidas dos instrumentos de contrato e seus aditamentos na Imprensa Oficial. OBS.: Para os contratos assinados no mês anterior.	Parágrafo �nico, do artigo 61, da Lei n� 8.666/1993.
Até dia 6	Os �rg�os e entidades municipais devem disponibilizar na Internet os resumos dos instrumentos de contratos e seus aditivos assinados no mês de fevereiro/2018.	Inc. XX, do artigo 2�, da Instru�o Normativa n� 28/1999 do TCU, e � 5� c/c inciso V, ambos do artigo 1�, da Lei n� 9.755/1998.
Até dia 6	Os �rg�os públicos que possuem servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que admitiram ou demitiram durante o mês anterior, devem enviar ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, o Cadastro Geral de Empregado e Desempregado – CAGED. OBS.: As informa�es no CAGED relativas a movimenta�es de empregados para fins do seguro-desemprego, devem ser prestadas na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percep�o do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramita�o; e na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de a�o fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.	Art. 1�, da Lei n� 4.923/1965, e artigo 5� da Portaria TEM n� 1.129/2014.
Até dia 6	Os �rg�os proponentes devem efetuar o envio do Plano de Trabalho das propostas das emendas parlamentares individuais para análise. OBS.: Em aten�o ao disposto no art. 7� da Portaria Interministerial n� 10, de 23 de janeiro de 2018, a Secretaria de Gestão-Seges/MP divulgou o cronograma referencial para análise das emendas parlamentares individuais de execu�o obrigatória que serão executadas no âmbito do SICONV.	Comunicado n� 07/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Portal de Convênios.
Até dia 6	Os �rg�os e entidades executivos de trânsito do Município devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado � conta do Funset. OBS: Salvo se o banco já efetuou a reten�o.	Art. 6� e art. 9�, da Portaria DENATRAN n� 95/2015.
Até dia 6	A Câmara Municipal, as Autarquias e as Funda�es instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar � Prefeitura o produto da arrecada�o do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), bem como sobre os pagamentos � outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conserva�o, manuten�o, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, retido no mês anterior.	Inc. I, do artigo 158, da Constitui�o Federal c/c alínea “d”, do inciso I, do artigo 70, da Lei n� 11.196/2005.

Atenciosamente,

GEPAM, 05 de abril de 2018